



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros  
Ministério da Agricultura e do Abastecimento  
Av. Beira-Mar 3.250, CP 44, CEP 49001-970 Aracaju SE  
Fone (079) 217 1300 Fax (079) 231 9145 Telex 792318 EBPA  
E-mail postmaster@cpatc.embrapa.br*

# PESQUISA EM ANDAMENTO

N.º 36, CPATC, abril/98, p. 1-5

## RELAÇÃO COM A TERRA E ESTRATÉGIAS FUNDIÁRIAS DOS PRODUTORES FAMILIARES DE UмбаÚBA-SE

Dalva Maria da Mota<sup>1</sup>  
Edson Diogo Tavares<sup>2</sup>  
Walane Maria de Mello Ivo<sup>2</sup>  
Humberto Rollemberg Fontes<sup>2</sup>

O município de Umbaúba situa-se no litoral sul sergipano, na unidade de desenvolvimento Exploração da Citricultura (Mota et al., 1997) e sua área corresponde a 123km<sup>2</sup>. O contingente populacional é de 13.627 habitantes, sendo que 46% encontram na zona urbana e 54% na zona rural. Segundo dados do Censo Agropecuário (1985) as principais atividades econômicas do município são a pecuária e a citricultura.

O problema de pesquisa que suscitou este estudo é a necessidade de conhecimento dos sistemas de produção em uso pelos agricultores familiares na área citrícola para subsidiar a geração de conhecimentos e tecnologias baseados nas demandas reais daqueles produtores.

Este trabalho objetiva informar sobre a análise da relação com a terra e as estratégias fundiárias de um grupo de produtores familiares de Umbaúba visando a identificação e caracterização dos sistemas de produção em uso, como parte das ações do Projeto "Desenvolvimento de Agroecossistemas Sustentáveis para a Pequena Produção na Baixada Litorânea e nos Tabuleiros Costeiros", vinculado ao Programa Sistemas de Produção da Agricultura Familiar da EMBRAPA.

As análises foram feitas através da revisão de dados secundários, de pesquisa de campo, utilizando-se questionários e entrevistas abertas e do acompanhamento quinzenal de propriedades no período de agosto/1996 a abril/1997.

<sup>1</sup> Pedagoga, M.Sc., Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Av. Beira-Mar, 3.250, Caixa Postal 44, CEP 49001-970, Aracaju, SE.

<sup>2</sup> Eng.-Agr., M.Sc., Pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Av. Beira-Mar, 3.250, Caixa Postal 44, CEP 49001-970, Aracaju, SE.



A amostra foi composta por 10 produtores, selecionados segundo os critérios de tamanho das propriedades, variando de 2ha a 40ha; localização espacial das propriedades (distribuídas de modo a cobrir diferentes áreas do território municipal); e liderança exercida pelo produtor na comunidade a que pertencem. Além destes, foram entrevistados dois extensionistas, dois pecuaristas e um antigo morador.

Segundo os entrevistados, a ocupação das terras onde se localiza o município de Umbaúba data da segunda metade do século XVII e pode ser caracterizada pela existência de três paisagens agrárias, que ocorreram de forma sucessiva.

A primeira, marcada pela presença predominante de cana-de-açúcar, pecuária e culturas alimentares em grandes propriedades, principalmente nas áreas de várzeas. A segunda, caracterizada pela presença predominante da pecuária sob a dominação dos proprietários e de culturas alimentares exploradas pelos trabalhadores e pequenos produtores rurais, no interior daquelas propriedades ou nas suas "franjas". A terceira paisagem, que prevalece até os dias atuais, é formada pela citricultura e pela pecuária, que se entrelaçam em todo o território municipal. Das propriedades do município, 82% dedicam-se à citricultura, ocupando 19% da área, enquanto 22% dedicam-se à pecuária em 56% da área (Goud,1996).

Via de regra, nos dois primeiros tipos de paisagem, a utilização de áreas no interior das grandes propriedades era precedida pelo desmatamento de uma área de floresta pelos produtores que não tinham terra ou as possuíam em pequena quantidade, e ali plantavam milho, feijão, cana-de-açúcar e mandioca. Após as primeiras colheitas, abandonavam as áreas, que viravam capoeiras. A cana plantada era moída nos engenhos e depois o açúcar era dividido com o dono do engenho como forma de pagamento pela utilização do mesmo. Os demais produtos eram utilizados para consumo.

No século XIX, havia predominância de áreas de Mata Atlântica no município de Umbaúba que, segundo Goud (1996), entre os anos de 1960 e 85 passaram de uma superfície de 7.000 para apenas 750 hectares. Isso significa afirmar que, até o advento da "modernização conservadora", 57% da área do município estava ocupada com áreas de florestas de Mata Atlântica. A devastação da mata, deu lugar a pomares de citros que terminaram por dinamizar a agricultura local com o estreitamento dos laços entre os produtores e os mercados financeiro e agroindustrial, em atendimento à demanda nacional e internacional por frutos e por suco de laranja. Tudo isso se deu pela mudança de cultivos e pela transformação da base técnica de produção e não por mudanças significativas na estrutura fundiária, que sofreu pequenas transformações diante de todo esse processo, demonstrado na Figura 1.

Segundo os dados do IBGE, em 1985 a estrutura fundiária do município era caracterizada pela predominância numérica de pequenas propriedades em que 89,5% dos estabelecimentos tinham até 20ha (23,7% da área), 5,7% tinham até 50ha (14,5% da área), 2,3% tinham até 100ha (13% da área) e 2,5% tinham mais de 100 ha,

sendo que, neste grupo, dois estabelecimentos tinham mais de 500ha (48,8% da área). Estes números são representativos da estrutura fundiária do país onde a herança histórico-colonial calcada na grande propriedade monocultora de exportação influenciou na configuração de uma situação de concentração da terra.

No grupo estudado, as formas de acesso à propriedade fundiária foram a compra para 60% dos entrevistados, os projetos de colonização para 20% e a herança para 20%. A disponibilidade de terras para compra foi decorrente da decisão de fazendeiros, e/ou de suas famílias, em venderem parte das propriedades, especialmente as áreas de topo, em virtude da grande procura e mesmo da decisão de restringir as suas áreas de criação às regiões de baixada, mais propícias à pecuária. O fato da região não fazer parte da região tradicional de citros impôs preços considerados atrativos em relação àqueles praticados nos municípios pioneiros do Estado, em uma época (final de 60 e começo dos anos 70) de expansão de fronteiras. Assim, grupos de agricultores de Lagarto e Boquim compraram terra e instalaram-se no município.

Os agricultores que tiveram acesso à terra através da compra têm em comum o fato de serem todos de origem camponesa e pertencerem a famílias que não dispunham de terra suficiente para assegurar o futuro dos filhos. Por este motivo, migraram para São Paulo ou para a zona urbana do Estado de Sergipe, onde trabalharam como metalúrgicos, motorista, escriturário e na construção civil. Esses agricultores pouparam e compraram pequenas propriedades, o que assegurou o retorno ao campo. Desses agricultores, 80% retornaram à atividade agrícola e dela dependem totalmente para sobreviver. Aqueles que tiveram acesso à terra através de projetos de colonização não tinham terra anteriormente e/ou dispunham de áreas que não asseguravam a sobrevivência da família. Os agricultores que tiveram acesso à terra por herança (do pai ou do sogro) trazem como característica comum a utilização da mesma como fonte de ampliar os recursos para novas aquisições em áreas vizinhas ou não.

Com relação às dimensões das propriedades do grupo estudado constata-se que 30% têm de 2ha a 3ha, 10% têm cerca de 5ha, 30% têm entre 8ha e 10ha, 20% têm de 15ha a 17ha e 10% tem 40ha.

Estabelecendo a relação entre a forma de acesso à terra e a quantidade de terra possuída, observa-se que no grupo dos agricultores que adquiriram terra através da compra, aqueles que migraram possuem as menores áreas, enquanto os que ficaram no próprio município possuem as maiores. Parece que o fato de se continuar alternando entre a atividade agrícola e outra atividade, aumentou a capacidade de acumulação. Os agricultores que herdaram têm propriedades médias.

Para 40% dos entrevistados a busca de áreas de terceiros para realização de plantios de culturas alimentares constitui-se numa alternativa para compensar sua pequena disponibilidade de terra, que se caracteriza por ser formada por pequenas áreas não utilizadas ou as entrelinhas dos pomares em formação pertencentes a familiares, por localizarem-se próximas ao município e por serem ocupadas com milho, maracujá, amendoim, quiabo, feijão e, em raríssimos casos, a própria laranja.

A família é, fundamentalmente, a responsável pelo trabalho. No entanto, em caso de necessidade contratam-se trabalhadores. Os produtos extraídos da propriedade destinam-se ao autoconsumo (feijão, mandioca e milho) e à venda (especialmente a laranja, o amendoim e o maracujá).

A relação com a terra é de posse para todos os produtores acompanhados. O acesso à terra não significa a possibilidade de aquisição da mesma para os filhos, que se veem obrigados a procurar outras ocupações, ou seja, são condicionados a migrar para obterem trabalho, sem muita perspectiva de aquisição de novas áreas em face do maior preço e ao mais intenso uso agrícola das terras do município. Mesmo assim, os proprietários e suas famílias persistem na idéia de ampliação da área explorada através da intensificação do trabalho nas propriedades e também da utilização de terras de terceiros. Em síntese, o que os agricultores estudados almejam, a longo prazo, é a compra de novas áreas suficientes para assegurar a herança dos filhos e para garantir um futuro mais tranqüilo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOUD, B. **Diagnosticque et proposition pour le Projet "Desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis para a pequena produção nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea de Sergipe"**. Aracaju: Embrapa - CPATC, 1996. 23p. (Rapport de Mission, 91/96).

MOTA, D.M. da. TAVARES, E.D.; FONTES, H.R.; FERREIRA, J.M.S.; CARON, P. **Zoneamento agrossocioeconômico dos tabuleiros costeiros e da baixada litorânea de Sergipe. Agrotropica**, v.9, n.1, p.1-12, 1997.

CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

Tiragem: 100 exemplares

Revisão Gramatical: Jiciára Sales Damásio

Diagramação: Maria Amélia Costa Araújo

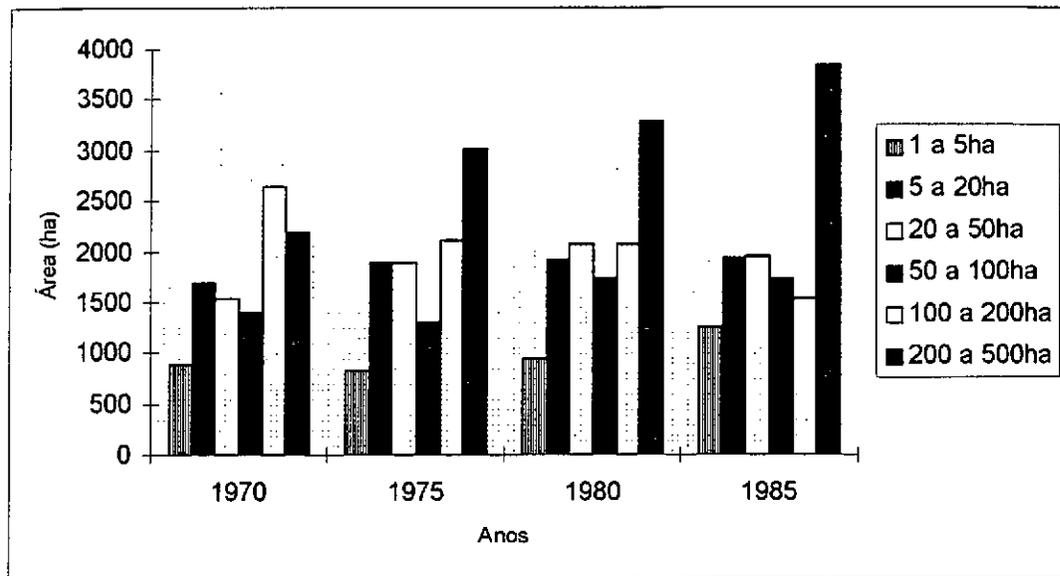


Figura 1- Tamanho da área das propriedades rurais, por estratos no município de Umbaúba. IBGE - 1985.